

Professores na Campanha

“A luta é que fará a diferença!...”

Entrevista ao Secretário-Geral da FENPROF

Ao longo da campanha eleitoral para as eleições de 10 de março, que serão muito importantes para o futuro do país, a FENPROF decidiu levar por diante uma iniciativa a que chama “Professores na Campanha”. Iniciativa que se enquadra na mesma linha do apelo que tem sido feito para que a luta vá até ao voto, para que este seja usado, também, como forma de luta.

O Jornal da FENPROF (JF) entrevistou o Secretário-Geral, Mário Nogueira (MN), não só para que falasse sobre a iniciativa, mas para que desse a conhecer algumas das suas preocupações e expectativas, face às eleições que se aproximam e ao futuro. Passando pelas que são as principais preocupações dos docentes, Mário Nogueira deixou uma mensagem de esperança, mas também de exigência em relação ao futuro.

Jornal da FENPROF (JF): Bom dia, Mário Nogueira! O que será a iniciativa “Professores na Campanha”?

Mário Nogueira (MN): Será a oportunidade de, ao longo da campanha eleitoral, os professores estarem na rua, contactarem a população, dando a conhecer os motivos por que lutam, e reafirmarem as suas propostas e as reivindicações que os continuarão a levar à luta, se necessário. É importante que tudo isto esteja claro antes de se conhecer a composição do Parlamento e quem irá governar.

JF: E esta iniciativa vai percorrer todo o país?

MN: Sim, irá de norte a sul no continente e também estaremos nas regiões autónomas. Nos dez dias úteis da campanha teremos 20 concentrações de docentes, duas por dia, a primeira às dez da manhã e a segunda às três da tarde. Em cada dia, para além das questões gerais sobre a profissão, a Escola Pública e a Educação em geral, haverá um tema a merecer maior destaque.

JF: Então, nestas eleições o que se joga?

MN: O futuro do país e, no caso da Educação, o futuro da Escola Pública e dos seus profissionais. Se olharmos para os programas eleitorais apresentados, há motivos para nos preocuparmos.

JF: No entanto, praticamente todos os partidos se dizem favoráveis à recuperação do tempo de serviço dos professores...

MN: É verdade, mas isso não nos descansa e por dois motivos. Em primeiro lugar porque o passado nos ensina que muitas promessas eleitorais, mesmo chegando a constar dos programas dos governos, ficam pelo caminho ou exigem muita luta para que se concretizem... mas também porque, nos programas, sobretudo dos partidos de direita, a mira está apontada à Escola Pública e aos seus profissionais.

JF: Como assim?

MN: Com o argumento de que defender a Escola Pública é ter uma visão estatizante, esses partidos sempre desenvolveram expedientes que a fragilizaram, provocaram milhares de horários-zero e muito desemprego docente, enquanto enchiam os bolsos de promotores privados com milhões sacados ao Estado.

JF: E isso volta a estar nos programas eleitorais?

MN: Tudo. Está lá o regresso dos contratos de associação, a insistência no cheque-ensino, o princípio da chamada liberdade de escolha e toda a artilharia pesada com que pretendem atingir a Escola Pública. Essas são as águas em que se navega da direita à extrema-direita.

JF: Dizes que os profissionais também estão na mira dos programas da direita. O que te leva a afirmar isso?

MN: O que se pode ler em alguns programas, nuns de forma mais explícita e noutros nas entrelinhas. Por exemplo, há quem defenda a revisão da avaliação do desempenho não para a tornar mais justa, mas para lhe introduzir fatores, como a “eficácia”, medida pelos resultados dos alunos. Mas não ficam por aqui, pretendem que as colocações e os salários dependam dessa avaliação, feita num contexto de competências reforçadas dos diretores. Voltam a pôr em causa a graduação profissional nos concursos e defendem salários diferenciados para a mesma função, dependendo precisamente da avaliação. É bom que os professores tenham consciência do que está a ser defendido por cada um dos partidos nestas eleições.

JF: Há quem afirme que se pretende alimentar a Escola Pública com os filhos dos outros. Que responder a isto?

MN: Esse tipo de conversa vem daqueles que estão interessados em alimentar interesses privados com o dinheiro que é público... que é de todos. O povo chama-lhes um nome feio.

JF: Então o que defenderá a FENPROF junto do futuro governo?

MN: Um protocolo negocial para a legislatura que contemple medidas que tornem atrativa a profissão, ao nível da carreira, claro, mas também que promovam estabilidade, pondo fim à precariedade e com concursos justos. Ainda a melhoria das condições de trabalho e o rejuvenescimento da profissão, aprovando um regime específico de aposentação. Que se garanta efetiva proteção a quem se encontra doente. Que haja investimento na Escola Pública, para que a educação inclusiva seja uma realidade, com o reforço de recursos, mas também continuaremos a defender a democratização da gestão, o fim dos mega-agrupamentos e a reversão do processo de municipalização.

JF: Falaste em descontentamento com as anteriores governações. Quais foram os aspetos mais negativos das políticas desenvolvidas pelos últimos governos?

MN: A lista seria imensa, mas só para lembrar alguns, do governo de Sócrates tivemos a primeira grande tentativa de destruição do ECD, com a divisão da carreira, e a última machadada na gestão democrática das escolas; de Passos Coelho e Portas foram os horários-zero e o desemprego provocados por medidas como o aumento do número de alunos por turma, a proliferação de contratos de associação ou o agravamento dos horários de trabalho; dos governos de António Costa é ainda o tempo de serviço por recuperar, a municipalização e a falta de recursos para uma educação verdadeiramente inclusiva.

JF: Que fazer, então, para que, no futuro, a profissão docente e a Escola Pública sejam valorizadas?

MN: Neste momento, reafirmar as nossas exigências, daí a iniciativa “Professores na Campanha”; votar levando a luta até ao voto; estar disponível para continuar a lutar. Só assim será possível chegar à mesa das negociações com a força suficiente para fazer valer as nossas posições.

Sobre a extrema-direita nas sondagens

“Acharia muito estranho que os professores e outros profissionais que tanto têm lutado entregassem o seu voto a tal gente.”

O Secretário-Geral da FENPROF não esqueceu o atual momento e o arranque da campanha eleitoral.

À entrada neste período, que se espera que possa ser de esclarecimento dos portugueses e de conhecimento das propostas dos partidos, assumem particular preocupação as sondagens que dão à extrema-direita uma dimensão contraditória com as necessidades do país.

O JF quis saber de que forma Mário Nogueira olha para este eventual crescimento, a sua opinião sobre as causas e de que forma antevê o que, a acontecer, esse crescimento traria ao país.

JF: Tem-se verificado, pelas sondagens divulgadas, que a extrema-direita aparece com intenções significativas de voto. A que se deverá isso?

MN: Não vou dizer que desvalorizo as sondagens. Com todos os erros que possam ter, são sempre indicadores para os quais devemos olhar. Preocupo-me com esse aparente crescimento da extrema-direita e acharia muito estranho que os professores e outros profissionais que tanto têm lutado entregassem o seu voto a tal gente.

JF: Porquê?

MN: Porque se os professores deverão ser protagonistas no combate ao discurso de ódio e à intolerância perante a diferença, como a UNESCO afirmou no recente Dia Internacional da Educação, seria negar esse papel entregar o voto a quem mete ódio no discurso, a quem trata os imigrantes como seres inferiores, a quem considera a diversidade como aberração, quem põe em causa valores essenciais da Democracia. Repare-se quem a extrema-direita tem como referências atuais... gente não recomendada, como Salvini, Le Pen, Órban, Milei, Bolsonaro ou Trump.

JF: Mas em algumas ações e lutas, não só dos professores, têm aparecido representantes da extrema-direita...

MN: O que confirma que, para além de hipócrita no discurso, é oportunista e farsante, procurando cavalgar nas lutas para sacar votos que, se os conseguirem, serão usados para atacar a Escola Pública, os professores e a Democracia. Os professores não se podem deixar levar na conversa daquela gente.

JF: Mas como se compreende que pessoas que têm estado nas lutas admitam votar na extrema-direita?

MN: Há um grande descontentamento com os governos e os partidos que têm prometido, mas não cumprido, arrastando e agravando problemas. Mas que não se seja ingénuo. Se um dia pudesse influenciar o

poder, a extrema-direita não só não resolveria os problemas, como rapidamente impediria a contestação, os protestos e poria em causa direitos como o direito à greve e outros relacionados com a liberdade sindical.

JF: Há quem diga que talvez vote na extrema-direita, mas apenas para penalizar os partidos que têm governado...

MN: Pois há. E alguns até ridicularizam os seus principais rostos. Dizem que é para penalizar quem tem andado a enganar as pessoas. Mas se alguém for por aí estará a enganar-se a si próprio e quando se arrepender pode ser tarde.

JF: Por vezes, surgem movimentos aparentemente inorgânicos que não só se movem nas redes sociais, como convocam protestos de rua. Serão realmente inorgânicos?

MN: Não há inorgânicos e só por ingenuidade e, principalmente, por falta dela, se pode falar disso. Por detrás do que parece inorgânico escondem-se interesses e não são os que melhor servem os dos professores e da Escola Pública. Basta estar atento para perceber isso mesmo...

Lisboa, 26 de fevereiro de 2024